

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.396 - SP (2019/0297683-9)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : VILMAR FRANCISCO SILVA MELO
ADVOGADO : VILMAR FRANCISCO SILVA MELO - SP262172
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : WALTER CARLOS MARTINS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

WALTER CARLOS MARTINS alega sofrer coação ilegal, em decorrência de acórdão proferido pelo Tribunal *a quo* no Agravo n. 7000184-26.2019.8.26.0047. Acoima de ilegal a cassação de sua progressão ao regime semiaberto, pois estão preenchidos os requisitos do art. 112 da LEP e requer, em liminar e no mérito, o restabelecimento da decisão do Juízo das Execuções.

Decido.

O *writ* comporta pronta solução, pois existe jurisprudência pacífica sobre o tema no âmbito de ambas as Turmas que compõem a Terceira Seção.

Em 1º/4/2019, o Juiz da VEC promoveu o reeducando para o regime semiaberto. O Tribunal cassou o benefício e o condicionou à realização de exame criminológico, porquanto "embora preenchido o requisito objetivo, realmente os méritos do sentenciado (requisito subjetivo) não restaram comprovados, uma vez que ele não foi submetido ao competente exame efetuado pela Comissão Técnica de Classificação" (fl. 15). Ainda, destacou que o "agravado é **reincidente e cumpre pena extensa por roubo qualificado demonstrando que se trata de pessoa perigosa e nociva à sociedade**" (fls. 15-16, destaquei).

O aresto está em desacordo com a jurisprudência, firme em assinalar que "fatores relacionados ao crime praticado são determinantes da pena aplicada, mas não justificam diferenciado tratamento para a progressão de regime" (**EDcl no HC n. 269.044/SP**, Rel. Ministro **Nefi Cordeiro**, 6ª T., DJe 6/4/2015).

Para obtenção dos favores do sistema progressivo, exige-se do apenado é que demonstre seu mérito no curso da execução, pois **fatores**

relacionados ao delito pelo qual restou condenado já foram sopesados na sentença condenatória.

O aresto estadual está em desacordo com a Súmula n. 439 do STJ.

A **gravidade abstrata** do crime objeto da execução penal (roubo majorado) e a **longa pena a cumprir** (término da execução previsto para 2031), isoladamente, não constituem fundamentos idôneos para cassar a progressão ao regime semiaberto concedida pelo Juízo da VEC e determinar a submissão do paciente a exame criminológico.

Era necessário, para cassação da promoção, a menção a **algum comportamento desabonador mais ou menos recente durante o resgate das penas**, a evidenciar a dúvida quanto ao requisito subjetivo, o que não ocorreu *in casu*.

Ilustrativamente:

2. Nos termos da jurisprudência desta Corte, desde a Lei n. 10.792/2003, que conferiu nova redação ao art. 112 da Lei de Execução Penal, aboliu-se a obrigatoriedade do exame criminológico como requisito para a concessão da progressão de regime, cumprindo ao julgador verificar, em cada caso, acerca da necessidade, ou não, de sua realização, podendo dispensá-lo ou, ao contrário, determinar sua realização, mediante decisão concretamente fundamentada na conduta do apenado no decorrer da execução. Precedentes.

3. Fatores relacionados ao crime praticado são determinantes da pena aplicada, mas não justificam diferenciado tratamento para a progressão de regime, de modo que o exame criminológico somente poderá fundar-se em fatos ocorridos no curso da própria execução penal (HC 323553/SP, SEXTA TURMA, Relator Ministro NEFI CORDEIRO, Julgado em 18/08/2015, DJe 03/09/2015).

4. *In casu*, o Juízo das Execuções, determinou a realização de exame criminológico sem a devida fundamentação, pois baseada na **gravidade do delito praticado (homicídio qualificado)** e na **longa pena a cumprir pelo paciente (14 anos, 1 mês e 26 dias de reclusão)**.

[...]

(HC n. 469.233/SP, Rel. Ministro Reynaldo Soares da

Superior Tribunal de Justiça

Fonseca, 5ª T., DJe 10/12/2018).

3. O Tribunal a quo cassou a progressão ao regime semiaberto e determinou a realização de exame criminológico com base em considerações genéricas relacionadas com a **gravidade do delito** de homicídio qualificado, sem que fosse apontado nenhum dado concreto que desmerecesse a conduta do Paciente. **Fundamentação que evidencia o alegado constrangimento ilegal e o descumprimento da Súmula n.º 439/STJ**, cuja exigência é a de que a determinação de exame criminológico seja precedida de motivação concreta.

[...]

(HC n. 277.502/SP, Rel. Ministra Laurita Vaz, 5ª T., DJe 3/4/2014).

À vista do exposto, com fulcro no art. 34, XX, do RISTJ, **concedo o habeas corpus, in limine**, para cassar o acórdão estadual e restabelecer a decisão do Juiz da Vara de Execuções Penais.

Publique-se e intimem-se.

Comunique-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**